

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE  
RECURSOS HIDRICOS**

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, as 09:30 h no Auditório da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMA, sito a rua C, esquina com a rua F – Palácio Paiaguás em Cuiabá/MT, ocorreu a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com as seguintes pautas: Aprovação da ATA da 2ª Reunião Ordinária do CEHIDRO, Informes, Deliberação sobre a Proposta de Resolução para Licenciamento Ambiental para Irrigação, Deliberação sobre a Proposta de Resolução do Regimento Interno do Comitê das Sub-bacias Hidrográficas dos Ribeirões do Sapé e Várzea Grande. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO o Sr. Edson Nunes e estando presentes na plenária: A Coordenadora Técnica do CEHIDRO a Srª Gabriela Priante, o Sr. Sérgio Adão Simião (suplente) representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural, SEDER, a Srª Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima (suplente) representante da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, o Sr. Geraldo Donizete Lúcio (suplente) representante da Secretaria de Desenvolvimento de Turismo – SEDER, a Srª Letícia Bertaia (suplente) representante da Secretaria de Estado de Saúde – SES, o Sr. Itamar Tormem (titular) representante da AGRIVERA, o Sr. Adair José de Moraes (titular) representante da Associação dos Aquicultores de Mato Grosso – AQUAMAT, a Srª. Maria Lenice M. Conceição representante da Secretaria de Indústria, Minas e Energia – SICME, a Srª Jane Maria de Souza Santos (titular) representante da Rede CEMAT, o Sr. Mitri Salah Ayoub (suplente) representante da Associação Mato-grossense dos Municípios, o Sr. Luiz Gonzaga Toledo (titular) representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN e o Sr. Nilson Roberto Tagliari (titular) representante da Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso - FIEMT. A reunião iniciou com a apresentação da Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, na qual foi acrescentado um § 3º no Capítulo I, que trata das Disposições Preliminares, sob a seguinte redação: “As Águas Subterrâneas quando destinadas ao consumo humano, através de envasamento, serão regulamentadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO”, sendo assim a Ata foi aprovada pelos Conselheiros presentes. A reunião prosseguiu com os seguintes informes: a) Participação da Diretoria de Recursos Hídricos na Câmara Técnica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que trata da Exploração de Águas Subterrâneas; b)

Trâmite da Lei Estadual de Águas Subterrâneas, a qual se encontra na Assembléia Legislativa para votação; c) Na próxima reunião do CEHIDRO, será encaminhado uma Proposta de Resolução sobre Outorga de Água em Mato Grosso; d) Uma das próximas deliberações para o CEHIDRO deverá ser sobre o Licenciamento de Piscicultura. A reunião continuou com a deliberação sobre da Proposta de Resolução do Regimento Interno do Comitê das Sub-Bacias Hidrográficas dos Ribeirões do Sapé e Várzea Grande; foi sugerido pelos conselheiros a inclusão da Secretaria Municipal de Saúde, entre os representantes do Poder Público, no Capítulo I – da composição, Art. 3º, inciso I e no inciso II, foi incluído um representante do setor hidroelétrico. Ficou decidido que após o CEHIDRO estabelecer os critérios básicos para a estrutura dos Comitês Estaduais, o Comitê do Sapé e Várzea Grande deverá adequar o seu Regimento. Foi sugerida alteração no art. 13, onde se lê “...nas deliberações atenderá ao artigo 31...”, modificou para “...nas deliberações atenderá ao artigo 26...”. Esta proposta ficou então aprovada em consenso entre os conselheiros presentes. A próxima deliberação foi sobre a Proposta de Resolução para Licenciamento Ambiental para Irrigação; no art. 2º o Sr. Sérgio Simião, explica o caso dos assentados que tem área de 0,1 ha de irrigação, propondo a inclusão do 2º parágrafo: “os empreendimentos com áreas inferiores a 05 ha (cinco hectares) ficam isentos de licenciamento ambiental”, ele propôs também a inclusão de outro parágrafo ao final da redação: “o empreendedor deverá instalar no mínimo uma régua por empreendimento, podendo a FEMA solicitar por critérios técnicos a instalação de outras régua”. No art.3º, referente às licenças para empreendimentos, foi sugerido e acrescentado um § 2º: “O Licenciamento ambiental de empreendimento de irrigação não implica e nem gera o direito de outorga”. No art.4º, referente aos estudos, projeto e documentação necessários ao processo de licenciamento e/ou cadastro, foi acrescentado o § 6º: “o licenciamento ambiental de irrigação será renovável a cada 05 anos”. No art. 6º referente aos 20% do Q7,10, o sr. Itamar Tormem sugeriu que aumentasse para 30%. O sr. Luiz Gonzaga sugeriu que permanecesse os 20%, porém que fosse verificada a porcentagem do Q7,10 de acordo com seus usos, e que se considere o volume da Bacia em questão. O srª Jane Maria, sugeriu que permanecesse os 20% até que se conheça a região. Foi colocado em votação as seguintes propostas: 1) Que a porcentagem fosse 30 % do Q7,10. 2) Que a porcentagem fosse 20 % do Q7,10. A proposta 1 teve um voto e a proposta 2, foi a vencedora com onze votos. Foi proposto pelos Conselheiros que a reunião continuasse no período da

tarde na biblioteca da FEMA para discussões de aprimoramento da Proposta de Irrigação e que as sugestões apresentadas fossem encaminhadas aos membros do Conselho. O presidente, agendou a próxima reunião para o dia 12 de dezembro de 2003 no Auditório Pantanal – FEMA, entretanto devido a falta de disponibilidade do local, a reunião será realizada no dia 11/12/03 no Auditório Pantanal. Nada mais havendo a ser apresentado, eu Jackeline Leite lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo.

---

**MOACIR PIRES DE M. FILHO**  
**Presidente do CEHIDRO**

---

**EDSON NUNES**  
**Secretário Executivo de CEHIDRO**

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 22/01/2004.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*